STJ00096678

FLÁVIO CHEIM JORGE

Teoria Geral dos Recursos Cíveis

6.ª edição revista, atualizada e ampliada

Prefácio
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

Teoria Geral dos Recursos Cíveis

6.ª edição
revista, atualizada e ampliada

Flávio Cheim Jorge

Forense: *1.ª edição:* 2003 – *2.ª edição:* 2004
Ed. RT: *3.ª edição*: 2007; *4.ª edição*: 2009; *5.ª edição*: 2011

0424

© desta edição [2013]

Editora Revista dos Tribunais Ltda.

Giselle Tapai
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [04-2013]

Universitário (complementar)

Fechamento desta edição [02.04.2013]

Cópia não autorizada é crime
ABDR
Associação Brasileira de Direitos Reprográficos
Respeite o direito autoral
EDITORA AFILIADA

971297

ISBN 978-85-203-4762-1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 6.ª EDIÇÃO 7

APRESENTAÇÃO À 5.ª EDIÇÃO 9

APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO 11

APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO 13

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – José Carlos Barbosa Moreira 15

ABREVIATURAS 25

1. A IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS 29

2. CONCEITO DE RECURSO 32

3. A IMPORTÂNCIA CONSTITUCIONAL DOS RECURSOS 39

4. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS 46
   - 4.1 Recursos ordinários e extraordinários 46
   - 4.2 Recursos de fundamentação livre e fundamentação vinculada 49

5. PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS SUJEITOS A RECURSO 51
   - 5.1 Sentença 52
   - 5.2 Decisão interlocutória 57
   - 5.3 Despachos 59
   - 5.4 Distinção entre sentença e decisão interlocutória 63
   - 5.5 Distinção entre decisão interlocutória e despachos 64
   - 5.6 Pronunciamentos proferidos nos tribunais 66

6. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS 69
   - 6.1 Juízo de admissibilidade 70
     - 6.1.1 Conteúdo 70
     - 6.1.2 Competência 73
     - 6.1.3 Natureza da decisão 77
   - 6.2 Juízo de mérito 81
     - 6.2.1 Conteúdo 81

6.2.2 Competência 84
6.2.3 Função substitutiva e função rescindente dos recursos (a ausência de correspondência com os vícios da decisão) 87
6.3 Os juízos de admissibilidade e de mérito nos recursos de fundamentação vinculada 91

7. O JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS 96

8. AS CONDIÇÕES DA AÇÃO E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS EM SEDE RECURSAL 104

9. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE 106
9.1 Classificação 106
9.2 Requisitos intrínsecos 108
9.2.1 Cabimento 108
9.2.2 Legitimidade para recorrer 110
9.2.2.1 O conceito de parte recursal 112
9.2.2.2 O terceiro prejudicado 116
9.2.2.3 O Ministério Público 123
9.2.2.4 Auxiliares da justiça 125
9.2.2.5 O advogado 126
9.2.3 Interesse em recorrer 132
9.2.3.1 O critério da sucumbência formal 133
9.2.3.2 O critério da sucumbência material 135
9.2.3.3 A regra da impossibilidade de recorrer dos fundamentos da decisão 138
9.2.3.4 A incompatibilidade lógica como fator excludente do interesse em recorrer 142
9.2.3.5 A chamada Súmula Impeditiva de Recurso (§ 1.º do art. 518) 146
9.2.4 A inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer 149
9.2.4.1 Renúncia 151
9.2.4.2 Aquiescência 153
9.2.4.3 Desistência 156
9.3 Requisitos extrínsecos 158
9.3.1 Tempestividade 158
9.3.1.1 A fluência do prazo recursal 160
9.3.1.1.1 O recurso interposto antes da intimação 167
9.3.1.2 A interrupção do prazo recursal 170

9.3.1.2.1 Os embargos de declaração 173
9.3.1.3 A suspensão do prazo recursal 180
9.3.1.4 A justa causa (justo impedimento) como motivo para a interposição do recurso após esgotado o prazo 184
9.3.1.5 A irrelevância da vontade das partes para suspender ou interromper o prazo recursal 186
9.3.1.6 O prazo em dobro para recorrer 187
9.3.2 Regularidade formal 191
9.3.2.1 A interposição dos recursos 194
9.3.2.2 A motivação como traço fundamental dos recursos 198
9.3.2.3 Impossibilidade de complementação das razões recursais 202
9.3.3 Preparo 204
9.3.3.1 O momento de seu recolhimento 205
9.3.3.2 O valor a ser recolhido e a possibilidade de complementação (art. 511, § 2.º do CPC) 209
9.3.3.3 A justa causa e a relevação da pena de deserção 213
9.4 Entre a relativização e as restrições indevidas (jurisprudência defensiva) 215
9.4.1 A impossibilidade de relativização dos requisitos de admissibilidade 215
9.4.2 As restrições indevidas ao direito de recorrer (jurisprudência defensiva) 224

10. PRINCÍPIOS 230
10.1 Noções gerais 230
10.2 Os princípios recursais 233
10.2.1 Princípio da voluntariedade 237
10.2.2 Princípio da dialeticidade 237
10.2.3 Princípio da singularidade 238
10.3 Princípio do duplo grau de jurisdição 243
10.4 Princípio da taxatividade 248
10.4.1 O agravo regimental 249
10.4.1.1 O agravo regimental como recurso 251
10.4.1.2 A (in)constitucionalidade do agravo regimental 255
10.4.2 Outros "meios" de reformar ou anular as decisões judiciais (sucedâneos recursais e figuras afins) 257
10.4.2.1 A remessa necessária (art. 475, *caput*, do CPC) 258
10.4.2.2 Pedidos de reconsideração 259

10.4.2.3 Correição parcial 261
10.4.2.4 Mandado de segurança contra ato judicial 263
10.4.2.4.1 Mandado de segurança contra ato judicial nos Juizados Especiais 269
10.4.2.4.2 Mandado de segurança contra ato judicial impetrado por terceiro prejudicado (Súmula 202 do Superior Tribunal de Justiça) 273
10.5 Princípio dispositivo 277
10.5.1 A proibição da *reformatio in pejus* 279
10.5.2 A proibição da *reformatio in pejus* e a remessa necessária (art. 475, *caput*, do CPC) 281
10.6 Princípio inquisitório 283
10.6.1 A possibilidade da *reformatio in pejus* e o princípio inquisitório 284
10.7 Princípio da ineficácia das decisões recorríveis 286
10.8 Princípio da fungibilidade 287
10.8.1 O sistema recursal do Código de Processo Civil de 1939 287
10.8.2 O sistema atual 289
10.8.3 A inexistência de erro grosseiro ou ocorrência de dúvida objetiva como requisitos para a incidência do princípio 291
10.8.4 O prazo para a interposição do recurso e o princípio da fungibilidade 295
10.8.5 O procedimento do recurso quando aplicada a fungibilidade recursal 300

11. EFEITOS DOS RECURSOS 303
11.1 Noções preliminares 303
11.2 Uma consideração à visão clássica dos efeitos recursais e a decisão judicial sujeita a recursos (os efeitos devolutivo, suspensivo e obstativo) 305
11.3 Outros possíveis "efeitos" dos recursos (translativo, expansivo, substitutivo, regressivo e diferido) 308
11.3.1 Especificamente o "efeito" translativo 310
11.4 Os efeitos e o sistema recursal 315
11.5 Efeito devolutivo 316
11.5.1 A extensão e a profundidade do efeito devolutivo 323
11.5.1.1 A extensão do efeito devolutivo 324
11.5.1.1.1 Especificamente sobre o § 3.º do art. 515 do CPC 325
11.5.1.2 A profundidade do efeito devolutivo 329

11.5.1.2.1 Nulidades processuais "sanáveis" 334
11.5.2 A extensão subjetiva do efeito devolutivo (art. 509 do CPC) 340
11.5.3 Os fatos novos na seara recursal 344
11.5.4 A produção de provas perante o tribunal 346
11.5.5 O efeito devolutivo e os recursos ordinários 348
11.5.6 O efeito devolutivo e os recursos extraordinários 349
11.6 Efeito suspensivo 350
11.6.1 Os critérios *ope legis* e *ope judicis* do efeito suspensivo 351
11.6.1.1 A concessão *ex officio* do efeito suspensivo 354
11.6.2 Os recursos em espécie 355
11.6.2.1 Apelação 355
11.6.2.2 Agravo 356
11.6.2.3 Embargos infringentes 358
11.6.2.4 Embargos de declaração 360
11.6.2.5 Recursos extraordinário e especial 362
11.6.2.6 Recurso ordinário constitucional 363
11.6.2.7 Embargos de divergência em recurso extraordinário e em recurso especial 367
11.6.3 A correlação entre o efeito suspensivo e o efeito devolutivo 368
11.6.3.1 A impugnação parcial e a eficácia da decisão recorrida 370
11.6.4 Mecanismos para a obtenção do efeito suspensivo 372
11.6.4.1 A medida cautelar inominada para conceder efeito suspensivo 373
11.6.4.2 Mandado de segurança com a finalidade de atribuir efeito suspensivo ao recurso 379
11.6.4.3 Agravo de instrumento para imprimir efeito suspensivo 381

12. RECURSO ADESIVO 385
12.1 Noções preliminares 385
12.1.1 Do instituto no direito comparado 387
12.2 Natureza jurídica 389
12.3 A importância do recurso adesivo para o sistema 391
12.4 Subordinação ao recurso principal 393
12.5 Objeto do recurso adesivo 394
12.6 Requisitos de admissibilidade do recurso adesivo 396
12.6.1 Cabimento 400
12.6.2 Legitimidade para recorrer 402
12.6.3 Interesse em recorrer 407
12.6.4 Tempestividade 410

12.6.5 Regularidade formal 413
12.6.6 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer 414
12.6.7 Preparo 416
12.6.8 Impossibilidade do recurso adesivo quando já interposto o recurso principal 419

BIBLIOGRAFIA 423

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 445